



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

055

APELAÇÃO CÍVEL Nº 203007-5

APELANTE: ISRAEL PEDRO DA SILVA

APELADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. GRADUAÇÃO DE MILITAR APÓS REFORMA. ALEGAÇÃO DE DISTINÇÕES ENTRE O CARGO (2º SARGENTO) E A FUNÇÃO (1º TENENTE - PROVENTOS) EXPOSTOS NO CONTRA-CHEQUE.

1 - Prejudicial de mérito de prescrição rejeitada.

2 - A Lei 12731/2004 acrescentou o parágrafo terceiro ao artigo 21 da Lei Complementar de nº 59/2004 e dispõe que o demandante faz jus a fruir do status e merecer dignidade de tratamento hierárquico correspondente ao posto correspondente ao da vantagem remuneratória adquirida.

3 - O contra-cheque do demandante colacionado na fl. 21 demonstra que este tem o cargo de Segundo Sargento e a função de Primeiro Tenente, o que está incompatível com o texto legal exposto.

4 - Reforma da sentença vergastada no sentido de determinar, nos termos do § 3º, do art. 21 da Lei Complementar nº 59/2004, que seja reconhecido o direito do apelante de fruir do status e merecer dignidade de tratamento hierárquico correspondente ao posto ou graduação correspondente à função de Primeiro Tenente, conforme contra-cheque de fl. 21.

5 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 203007-5, sendo Apelante o Sr. ISRAEL PEDRO DA SILVA e Apelado o ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer o presente recurso, para **dar-lhe** provimento, no sentido de determinar a reforma da sentença atacada, nos termos do § 3º, do art. 21 da Lei Complementar nº 59/2004, para que seja reconhecido o direito do apelante de fruir do status e merecer dignidade de tratamento hierárquico correspondente ao posto ou graduação correspondente à função de Primeiro Tenente, conforme contra-cheque de fl. 21, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2005

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

83
056

APELAÇÃO CÍVEL Nº 203007-5

APELANTE: ISRAEL PEDRO DA SILVA

APELADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação em face de sentença exarada que, em sede da Ação Ordinária nº 001.2009.110567-7, julgou improcedente o pedido formulado na peça a trial.

O Apelante, inconformado com a sentença prolatada, aduziu em suas razões de recurso que o juízo *a quo* não observou o cerne da questão, que diz respeito à graduação do militar, após sua reforma quando ocorrida nos casos dispostos pelo art. 83 da Lei 10.426/90. Argumenta que, através de cópia acostada do contracheque do apelante, existem distinções entre o CARGO (2º Sargento) ocupado e a FUNÇÃO (1º Tenente - proventos), o que ocasiona constrangimento ao apelante. Traz à baila o Princípio da Isonomia, pois deveria ser dado tratamento equiparado aos militares da ativa, sem distinção entre os inativos e os militares que se encontram em atividade. Requereu, ao final, a reforma da sentença (fls. 46-61).

Intimado, o Estado/Réu apresentou contra-razões às fls. 64-67, nas quais levantou prejudicial de mérito da prescrição, pois o fato contestado pelo autor ocorreu há mais de vinte anos. No mérito, ressaltou que, em nenhum momento a lei 10426/90 determinou a promoção ou a modificação material do cargo ocupado.

A Procuradoria de Justiça ofertou cota às fls. 79-80, onde opinou pelo provimento do apelo e reforma da decisão veigastada.

O recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto no prazo legal.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 08 de janeiro de 2010


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

057

APELAÇÃO CÍVEL Nº 203007-5

APELANTE: ISRAEL PEDRO DA SILVA

APELADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

1. PREJUDICIAL DE MÉRITO DE PRESCRIÇÃO.

No pertinente à prescrição argüida pelo Estado de Pernambuco, entendo que não merece ser acolhida. Isto porque o pedido da parte autora ampara-se na Lei Complementar nº 59/2004, de 05/07/2004, conforme fls. 12 da petição inicial: "que acompanha o entendimento do supra citado artigo 21 da lei complementar nº 59/2004, que **garantiu a todo o policial o direito à promoção de remuneração com base em posto/graduação superior, quando da passagem do militar para a inatividade**". A ação foi proposta em 24/04/2009, portanto, não há que se falar em prescrição.

Destarte, ante as razões acima esposadas, **VOTO** pelo não acolhimento da prejudicial de mérito.

Recife, 26/01/2010


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



058

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 203007-5**APELANTE:** ISRAEL PEDRO DA SILVA**APELADO:** ESTADO DE PERNAMBUCO**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL**VOTO**

Cuida-se de Recurso de Apelação em face de sentença exarada que, em sede da Ação Ordinária nº 001.2009.110567-7, julgou improcedente o pedido formulado na peça arial.

O Apelante, inconformado com a sentença prolatada, aduziu em suas razões de recurso que o juízo *a quo* não observou o cerne da questão, que diz respeito à graduação do militar, após sua reforma quando ocorrida nos casos dispostos pelo art. 83 da Lei 10.426/90. Argumenta que, através de cópia acostada do contracheque do apelante, existem distinções entre o CARGO (2º Sargento) ocupado e a FUNÇÃO (1º Tenente - proventos), o que ocasiona constrangimento ao apelante. Traz à baila o Princípio da Isonomia, pois deveria ser dado tratamento equiparado aos militares da ativa, sem distinção entre os inativos e os militares que se encontram em atividade. Requereu, ao final, a reforma da sentença (fls. 46-61).

Intimado, o Estado/Réu apresentou contra-razões às fls. 64-67, nas quais levantou prejudicial de mérito da prescrição, pois o fato contestado pelo autor ocorreu há mais de vinte anos. No mérito, ressaltou que, em nenhum momento a lei 10426/90 determinou a promoção ou a modificação material do cargo ocupado.

A Procuradoria de Justiça ofertou cota às fls. 79-80, onde opinou pelo provimento do apelo e reforma da decisão vergastada.

O recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto no prazo legal.

Com efeito, decidiu o magistrado singular pela improcedência do pedido do demandante.

No mérito, entendo que cabe reforma na decisão fustigada.

A Lei 12731/2004 acrescentou o parágrafo terceiro ao artigo 21 da Lei Complementar de nº 59/2004, de forma a dispor:

§ 3º Além da vantagem remuneratória de que trata o caput, o militar da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, também fruirá do status e merecerá



059

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

dignidade de tratamento hierárquico correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava.

Do texto legal, depreende-se que o demandante faz jus a fruir do status e merecer dignidade de tratamento hierárquico correspondente ao posto correspondente ao da vantagem remuneratória adquirida.

Ora, o contra-cheque do demandante colacionado na fl. 21 demonstra que este tem o cargo de Segundo Sargento e a função de Primeiro Tenente, o que está incompatível com o texto legal exposto.

A Jurisprudência dessa Corte de Justiça já firmou o entendimento acerca do direito dos militares à percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupavam em atividade, a título de promoção, conforme se verifica no julgado a seguir reproduzido:

Ementa DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR REFORMADO POR INVALIDEZ DEFINITIVA. PROVENTOS PROPORCIONAIS COM BASE NO SOLDADO DE SOLDADO PM. APELAÇÃO. APLICAÇÃO DA LC Nº 59/2004. PROVENTOS REAJUSTADOS COM BASE NO SOLDADO DE CABO PM (GRAU SUPERIOR HIERÁRQUICO). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. POR UNANIMIDADE. 1. omissis 2. omissis 3. A parte recorrida argumentou que o artigo 21, § 2º da Lei Complementar nº 59/2004 padece do vício de inconstitucionalidade em face da Constituição do Estado (artigo 171), por ter introduzido dispositivo que não obedece à norma constitucional. Alega, ainda, que "(...) a situação da parte impetrante não se enquadra na hipótese descrita no § 2º do art. 21 da mencionada lei, devendo-se aqui continuar a ser aplicada, em face do princípio da especialidade, a Lei nº 10.426/90." 4. A questão a ser definida cinge-se, especificamente, em determinar qual a norma aplicável ao caso em espécie: se o artigo 171 da Constituição Estadual ou se as leis especiais que regulamentam a remuneração dos policiais militares do Estado de Pernambuco e, dentre elas, se a Lei nº 10.426/90 ou a Lei Complementar nº 59/04. 5. A Lei nº 10.426, de 27 de abril de 1990 e a Lei Complementar nº 59, de 05 de julho de 2004, foram editadas em conformidade com a Constituição Federal e com a Constituição do Estado de Pernambuco, promulgada em 5 de outubro de 1989. Cuida-se, pois, de leis especiais que tratam da remuneração dos servidores militares do Estado, dentre outras providências. 6. A primeira lei, ao disciplinar a forma de remuneração do policial militar reformado por ter sido julgado definitivamente incapaz, previu a possibilidade de ele ter seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico que possuía na ativa, acaso não tenha sido julgado inválido para a vida civil, tendo a Lei Complementar nº 59/04, por sua vez, garantido aos militares que tenha sido reformados ou



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

transferidos para a reserva remunerada no posto que ocupavam quando em atividade, até a sua entrada em vigor, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupavam em atividade, a título de promoção. 7. Em 1999, foi editada Emenda à Constituição do Estado de Pernambuco, alterando a redação do art. 171 e estabelecendo, assim, a impossibilidade de o servidor público estadual aposentado ou o pensionista perceber, a título de proventos de aposentadoria ou pensão, valor que exceda a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. 8. Haveria, assim, uma antinomia real a ser solucionada. Ocorre que, aos servidores militares, o regramento é diverso e tratado por meio de lei especial, cabendo definir qual das leis especiais deve ser aplicada. 9. O parágrafo 2º do artigo 21 da Lei Complementar nº 59/04, já vigente na ocasião em que proferida a decisão ora impugnada, é expresso no sentido da garantia a todos os militares que se encontrassem reformados à época da sua entrada em vigor, em 05 de julho de 2004, da percepção dos proventos de inatividade no valor correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção, sem fazer qualquer distinção quanto ao grau da incapacidade que motivou a reforma, razão pela qual, estando a hipótese fática em tela enquadrada no referido dispositivo, impende que se reconheça o direito ao reajuste dos proventos, com base no soldo do posto imediatamente supe (grifos acrescentados)

(Apelação Cível Número do Acórdão 162042-6 Comarca Recife
Número de Origem 001200300002121 Relator Luiz Carlos Figueirêdo Relator do Acórdão Luiz Carlos Figueirêdo Revisor João Bosco Gouveia De Melo Órgão Julgador 7ª Câmara Cível Data de Julgamento 4/11/2008 14:00:00 Publicação 216)

Posto isso, diante dos argumentos acima explanados, voto pelo conhecimento do presente recurso de apelação e pelo seu **provimento**, para que seja determinada a reforma da sentença atacada, nos termos do § 3º, do art. 21 da Lei Complementar nº 59/2004, para que seja reconhecido o direito do demandante de fruir do status e merecer dignidade de tratamento hierárquico correspondente ao posto ou graduação correspondente à função de Primeiro Tenente, conforme contra-cheque de fl. 21.

Recife, 26/01/2010

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª CAMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL nº 0203007-5
Apelante: ISRAEL PEDRO DA SILVA
Adv. : Bela. Luzileide Pereira Sampaio
Apelado: ESTADO DE PERNAMBUCO
Proc. : Bela. Maria Cláudia Junqueira
MP : Dra. DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
REVISOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação cível exercitada em face dos termos da sentença que, nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA nº 001.2009.110567-7, ajuizada contra o Estado de Pernambuco, julgou improcedente o pleito autoral, que objetivava o reconhecimento do "direito de ter transcrito no seu RG, a graduação ou patente de. **PRIMEIRO TENENTE**"... , em conformidade com os seus proventos de aposentadoria, já calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediatamente superior.

Sustenta o autor/apelante nas razões de seu apelo, em suma, que é servidor militar estadual aposentado, tendo sido transferido para a reserva remunerada por incapacidade física definitiva, e, a despeito de vir receber seus proventos no posto hierárquico superior, ou seja, como 1º Tenente, não lhe foi reconhecido o direito à alteração da patente constante de sua carteira de identificação policial-militar (RG), fato que lhe traz constrangimentos e dissabores, pois apesar de receber em seu contra-cheque como 1º Tenente, não possui plenamente as prerrogativas decorrentes e inerentes a essa situação, como exemplo: a forma de prestação de assistência médica no CMH/PE. Aduz que o Princípio Constitucional da Isonomia não vem sendo observado, uma vez que deveria ser dado tratamento igual entre os militares da ativa e inativa que se encontram em situação semelhante à que ostenta. Pugna pelo conhecimento e provimento recursal, a fim de ser reformada

062
integralmente a sentença prolatada, dando procedência aos pleitos da exordial.

Nas contra-razões ofertadas pelo Estado de Pernambuco (fls. 64/67), suscitou-se, preliminarmente, a prejudicial de mérito relativa à prescrição quinquenal, sob o argumento de que o fato contestado pelo autor ocorreu há mais de vinte anos. No mérito, refutou-se a pretensão atrial, afirmando-se que a reforma por incapacidade física definitiva do autor não determinou sua promoção, mas tão-somente contemplou um acréscimo remuneratório, devidamente reconhecido, não havendo, portanto, direito à alteração no posto ou na hierarquia efetiva do policial militar quando da transferência para a inatividade. Pugnou pela desprovidimento do apelo interposto, com a manutenção da sentença de improcedência.

Nessa instância *ad quem*, a douta Representante Ministerial, em bem lançado parecer, opinou, no mérito, pelo provimento do apelo, reformando-se a sentença nos termos do §3 do artigo 21 da Lei Complementar Estadual nº 059/2004.

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo eminente relator, em sede de **Preliminar**, voto nos seguintes termos:

Preliminar de Prejudicial de Mérito: Prescrição Quinquenal:

(X) REJEITA.

No Mérito:

(X) Provimento da Apelação interposta, com o fito de reconhecer a procedência do pleito exordial, de modo a assegurar ao autor/apelante o direito de ter transcrito no seu documento de identidade policial-militar (RG) a graduação ou patente de 1º (primeiro) Tenente, e demais prerrogativas decorrentes previstas nos termos da LCE Nº 059/2004 (art. 21, §3º). Invertendo-se o ônus da sucumbência.

É como voto.

Recife,

26/3/2010

Des. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS -- REVISOR.